

Sumário

| | |
|---|----|
| Apresentação | 1 |
| Prefácio | 3 |
| Introdução | 7 |
| Capítulo 1 – Surgimento da garantia à duração razoável do processo e sua evolução conceitual | 9 |
| Origem histórica à duração razoável do processo | 9 |
| Interpretação dos tribunais internacionais e efetividade da garantia à duração razoável do processo..... | 13 |
| O papel dos tribunais internacionais..... | 13 |
| Determinação do momento em que se configura a ofensa à garantia processual..... | 16 |
| Critérios determinantes para a caracterização da ofensa | 26 |
| Consequências jurídicas decorrentes da ofensa | 32 |
| Capítulo 2 – Garantia à duração razoável do processo administrativo fiscal na Constituição Federal de 1988 | 37 |
| Natureza do direito à duração razoável do processo na Constituição Federal..... | 37 |
| Possível choque da garantia à duração razoável do processo administrativo fiscal com os demais princípios constitucionais | 44 |
| Crítica à supervalorização da garantia razoável do processo..... | 44 |
| Causas da demora do processo administrativo fiscal..... | 49 |
| Choque entre a garantia à duração razoável do processo administrativo fiscal com as demais garantias e os princípios constitucionais..... | 55 |

| | |
|---|------------|
| Capítulo 3 – Garantia à duração razoável no processo administrativo fiscal..... | 65 |
| Aplicação do art. 49 da Lei n.º 9.784/99..... | 65 |
| Art. 24 da Lei n.º 11.457/2007..... | 79 |
| Capítulo 4 – Consequências jurídicas da inobservância do prazo de duração do processo administrativo fiscal..... | 83 |
| Decadência, prescrição e perempção | 83 |
| Considerações finais..... | 109 |
| Referências | 117 |
| Bibliográficas | 117 |
| Complementares | 120 |
| Eletrônicas | 121 |
| Jurisprudenciais | 122 |
| Legislativas..... | 123 |